

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.299 - SP (2019/0150630-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : JOSE ROBERTO CHENCE  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134  
ELAINE EVANGELISTA - SP224891

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por JOSÉ ROBERTO CHENCE contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA JUROS REMUNERATÓRIOS - Embargos de declaração apresentados na Ação Civil Pública que ensejou nova decisão admitindo-se a incidência de juros remuneratórios. AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA JUROS REMUNERATÓRIOS TERMO FINAL Data do encerramento da conta-poupança Extinta a obrigação principal, não mais se justifica a subsistência dos juros remuneratórios, estes considerados frutos civis que representam prestações acessórias Prova de extinção que incumbe à instituição financeira, sob pena de adotar-se como marco final de incidência a data da citação nos autos da ação civil pública que originou o cumprimento de sentença Precedentes do STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Pretendido arbitramento em favor do patrono do exequente Cabimento apenas em caso de escoamento do prazo para pagamento a que alude o art. 475-J, do CPC/1973 Precedente do STJ em sede de recurso repetitivo Art. 523, § 1º, do CPC/2015, aliás, que já está claro e expresso nesse sentido Caso concreto em que o executado realizou o depósito no prazo legal Descabimento da condenação honorária. Agravo parcialmente provido." (e-STJ, fl. 111)*

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 502, 503, 507, 508 e 509, §4º, do NCPC/2015, além de divergência jurisprudencial, visando à alteração do termo final de incidência dos juros remuneratórios, afirmando, para tanto, que *"Em remissão ao princípio da fidelidade ao título (art. 509, §4º) e da eficácia*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*preclusiva da imutabilidade da coisa julgada em sentido material (art, 502, 503, 507 e 508) (...), restou corroborado que os JUROS REMUNERATÓRIOS dispostos na condenação da Ação Civil Pública 0403263-60.1993.8.26.0053 (objeto da lide) foram fixados, ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO" (e-STJ, fl. 170).*

É o relatório. Decido.

Não assiste razão à parte recorrente no tocante ao termo *ad quem* de incidência dos juros remuneratórios, porquanto o Tribunal de origem, ao concluir, no ponto, que deveria ser levada em consideração a data do encerramento da conta poupança, decidiu a controvérsia em conformidade com a jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, o entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior é de que os juros remuneratórios têm como termo final a data de encerramento da conta poupança.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FASE DE CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. TERMO FINAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. ENCERRAMENTO DA CONTA POUPANÇA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.*

*1. Os juros remuneratórios incidem até a data de encerramento da conta poupança porque (1) após o seu encerramento não se justifica a incidência de juros, já que o poupador não mais estará privado da utilização de seu capital; e, (2) os juros são frutos civis e representam prestações acessórias ligadas à obrigação principal. Como acessória, a prestação de juros remuneratórios não subiste com a extinção do negócio jurídico.*

*2. Agravo regimental provido. (AgRg no REsp 1505007/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 18/05/2015)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECE DO AGRAVO PARA PROVER O RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*[...]*

*3. De acordo com a jurisprudência do STJ, os juros*

*remuneratórios incidentes sobre os expurgos inflacionários em caderneta de poupança incidem até a data do encerramento da conta bancária ou, no caso de ausência de comprovação pelo banco do momento em que a poupança chegou ao seu termo, serão devidos até a citação ocorrida da ação civil pública. Precedentes.*

*4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 696.333/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 27/04/2016)*

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.  
BANCÁRIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.  
CONTA-POUPANÇA. ART. 6º, VIII, DO CDC.  
PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº  
282/STF. JUROS REMUNERATÓRIOS. TERMO FINAL. DATA  
DE ENCERRAMENTO. CONTRATO DE DEPÓSITO.  
[...]*

*2. Os juros remuneratórios são devidos em virtude da utilização de capital alheio, de forma que, inexistindo quantia depositada, não se justifica a incidência de juros remuneratórios, pois o depositante não estará privado da utilização do dinheiro e o banco depositário não estará fazendo uso do capital de terceiros ou não terá a disponibilidade da pecúnia. Precedentes.*

*3. A incidência dos juros remuneratórios, na espécie, se dá até o encerramento da conta-poupança, quer esta ocorra em razão do saque integral dos valores depositados, quer ocorra a pedido do depositante, com a consequente devolução do numerário depositado.*

*4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1545905/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator